

1. REDUÇÃO DA DESIGUALDADE

Neste artigo será analisada a queda da desigualdade da distribuição da renda no Brasil de 1995 a 2004, destacando-se o que ocorreu após 2001. A análise se restringe aos dados das PNAD, sendo consideradas as seguintes distribuições:

- a) do rendimento domiciliar per capita (RDPC), definido como o cociente entre o rendimento domiciliar e o número de pessoas residentes, excluindo pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos, e considerando apenas os domicílios particulares permanentes com declaração de rendimento;
- b) do rendimento mensal de todas as fontes da população economicamente ativa (PEA) com rendimento positivo;
- c) do rendimento mensal de todas as fontes para a PEA total (PEA com declaração de rendimento, incluindo os que declararam rendimento nulo); e
- d) rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento (POC).

Cabe ressaltar que para todos os anos foram utilizados os microdados fornecidos pelo IBGE, considerando sempre a última versão disponível para os fatores de expansão associados a cada observação da amostra. Até 2003 a PNAD não cobria a área rural da antiga Região Norte. Então, para manter a comparabilidade dos resultados ao longo do tempo, na PNAD de 2004 foram desconsiderados os dados referentes à área rural da antiga Região Norte.

A Tabela 1 mostra a variação do índice de Gini para as quatro distribuições de renda definidas anteriormente, de 1995 a 2004. Para a renda domiciliar per capita (RDPC) a queda no índice de Gini entre 1995 e 2001 é muito pequena, e é apenas a partir de 2001 que se observa uma clara tendência decrescente. Para as outras três distribuições analisadas, é possível considerar que há uma tendência de redução da desigualdade ao longo do período 1995-2004. A Figura 1 permite visualizar as variações nos índices de Gini das quatro distribuições.

Tabela 1. Queda na desigualdade da distribuição da renda no Brasil entre 1995 e 2004: índice de Gini para renda domiciliar per capita (RDPC), rendimento mensal total de pessoas economicamente ativas com rendimento positivo (PEA) ou incluindo os sem rendimento (PEA total) e rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (POC).

Ano	Índice de Gini para			
	RDPC	PEA	PEA total	POC
1995	0,599	0,589	0,662	0,585
1996	0,600	0,584	0,657	0,580
1997	0,600	0,584	0,659	0,580
1998	0,598	0,581	0,659	0,575
1999	0,592	0,572	0,655	0,567
2001	0,594	0,571	0,642	0,566
2002	0,587	0,569	0,637	0,563
2003	0,581	0,561	0,630	0,554
2004	0,569	0,553	0,616	0,547

É compreensível que a desigualdade da RDPC mostre um comportamento distinto do observado para a PEA ou para as pessoas ocupadas, pois essas últimas distribuições refletem mais diretamente o que ocorre no mercado de trabalho. Note-se, por exemplo, que as pessoas inativas, que recebem aposentadorias e pensões, estão consideradas no cálculo da RDPC, mas estão excluídas das outras três distribuições analisadas. A distribuição da RDPC é afetada pela composição das famílias (número de crianças, número de pessoas economicamente ativas, número de

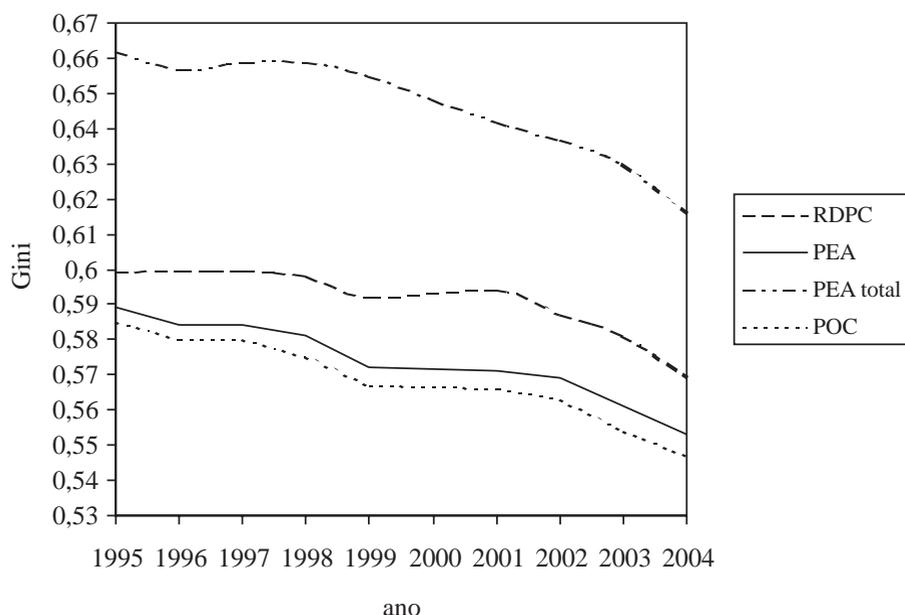


Figura 1. A queda do índice de Gini da desigualdade da distribuição da renda no Brasil de 1995 a 2004.

aposentados, etc.) e pela associação entre os componentes do rendimento domiciliar.

Observa-se, na Tabela 1, que o índice de Gini do rendimento da PEA total (incluindo pessoas com rendimento nulo) é sempre maior do que o índice de Gini para a PEA com rendimento positivo, mas que ambos apresentam tendência de redução ao longo do período analisado, mostrando que as variações no desemprego não chegaram a mudar o sentido das variações na desigualdade (exceto no período 1996-1998).

2. MUDANÇAS NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA ENTRE 2001 E 2004.

Vimos, na Tabela 1, que o índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita (RDPC) cai de 0,594 em 2001 para 0,569 em 2004. Essa redução de 2,5 pontos percentuais em três anos pode parecer pequena, mas cabe assinalar que o valor absoluto de sua intensidade anual é semelhante à do crescimento de oito pontos percentuais do índice de Gini do rendimento da PEA no Brasil na década

de 1960, que mereceu grande destaque na literatura sobre distribuição de renda e no debate político.

Outros indicadores de desigualdade apontam no mesmo sentido. A porcentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos cai de 47,2% em 2001 para 45,0% em 2004, ao mesmo tempo em que a porcentagem da renda total recebida pelos 5% mais ricos cai de 33,8% para 31,9%. Em 2001 a porcentagem da renda total apropriada pelos 1% mais ricos (13,8%) ainda era maior do que a porcentagem da renda apropriada pelos 50% mais pobres (12,7%). A situação se inverte em 2004, ficando 12,8% para o centésimo mais rico e 14,0% para a metade mais pobre. O índice *T* de Theil diminui de 0,720 em 2001 para 0,656 em 2004.

Para comparar os rendimentos de diferentes anos, eles serão expressos em reais de fevereiro de 2006, utilizando o INPC como deflator. Como a PNAD levanta o rendimento de setembro e a maioria das pessoas recebe o pagamento no início de outubro, obtém-se um deflator para início de outubro calculando a média geométrica entre os valores do INPC de setembro e outubro.

A Tabela 2 mostra o valor médio do RDPC na população e em seis estratos delimitados por percentis. Cada um dos quatro primeiros estratos inclui 20% da população, ordenada conforme valores crescentes do RDPC. Assim, o primeiro estrato é o quinto mais pobre. O quinto

Tabela 2. Evolução do rendimento médio para seis estratos da distribuição da renda domiciliar per capita. Brasil, 2001-2004.

Estrato	Renda média em R\$ de fev./2006				Variação 2001-2004
	2001	2002	2003	2004	
Quinto mais pobre	50,9	55,4	52,4	59,0	16,0%
Segundo quinto	127,3	130,4	125,8	136,6	7,3%
Terceiro quinto	223,4	225,7	218,0	231,5	3,7%
Quarto quinto	391,0	392,4	375,3	393,0	0,5%
Nono décimo	703,6	700,8	664,5	684,7	-2,7%
Décimo mais rico	2046,4	2033,2	1881,4	1901,7	-7,1%
Total	433,5	434,2	408,9	422,7	-2,5%

estrato é formado pelos 10% da população delimitados pelo 8º e pelo 9º decil. Finalmente, o sexto estrato é constituído pelos 10% mais ricos. Cabe ressaltar que os limites entre estratos variam de ano para ano. O valor do 4º decil (o limite entre o 2º e o 3º estrato) aumenta de R\$ 169,90 em 2001 para R\$ 178,60 em 2004 (sempre em reais de fevereiro de 2006), ao mesmo tempo em que o 9º decil (o limite entre o 5º e o 6º estrato) diminui de R\$ 933,30 para R\$ 893,00.

O rendimento médio para toda a população permanece praticamente o mesmo em 2001 e 2002, cai em 2003 e se recupera parcialmente em 2004. No período de três anos esse rendimento médio diminui 2,5%. Devido à redução na desigualdade, o comportamento da renda mediana é mais favorável do que o da renda média: ela aumenta 4,6%, passando de R\$ 218,50 em 2001 para R\$ 228,60 em 2004.

A Tabela 2 mostra que entre 2001 e 2004 aumentou a renda média dos três primeiros estratos e diminuiu a renda média dos dois últimos estratos. A variação no rendimento médio é de 16,0% para os 20% mais pobres e -7,1% para os 10% mais ricos. Os pobres ficaram menos pobres e os relativamente ricos se tornaram menos ricos.

Se fixarmos a linha de pobreza em R\$ 100,00 per capita, em reais de fevereiro de 2006, verifica-se que o número de pobres cai de 38,3 milhões de pessoas (23,1% da população) em 2001 para 35,3 milhões (20,3% da população) em 2004. Por outro lado, o número de pessoas com RDPC superior a R\$ 2.000,00 diminui de 5,0 milhões (3,0% da população) em 2001 para 4,7 milhões (2,7% da população) em 2004. Em comparação com 2001, em 2004 há menos pobres e menos ricos no Brasil, de acordo com os dados da PNAD.

Seja p a porcentagem acumulada da população ordenada conforme valores crescentes do RDPC. Comparando 2001 e 2004, verifica-se que para $p \leq 95\%$, a renda média dos $p\%$ mais pobres em 2004 é maior do que a renda média dos $p\%$ mais pobres em 2001. Então, desde que não seja adotada uma linha de pobreza absurdamente elevada (que levaria a considerar pobres 95% ou mais da população brasileira), houve redução da pobreza entre 2001 e 2004, quando se utilizam medidas que levam em consideração a insuficiência de renda dos pobres.

Ao divulgar os resultados da PNAD de 2004, o IBGE ressaltou o aumento recente do nível de ocupação, que passou de 55,4% em 2003

para 56,3% em 2004. Esse é um dos fatores que explica o fato de o RDPC crescer 3,4% de 2003 a 2004, apesar de o rendimento de todos os trabalhos por pessoa ocupada permanecer estagnado. Mas há também mudanças importantes na composição do rendimento domiciliar, que vem ocorrendo há mais tempo.

A participação do rendimento de todos os trabalhos (atividades exercidas pelas pessoas) no rendimento domiciliar total cai de 81,4% em 1997 para 77,9% em 2001 e 76,3% em 2004. A participação de aposentadorias e pensões no rendimento total cresce de 15,2% em 1997 para 18,5% em 2001 e 19,6% em 2004. Se considerarmos apenas as aposentadorias e pensões pagas pelo governo federal ou por instituto de previdência, essas porcentagens são 14,1%, 17,1% e 18,1%.

Em qualquer questionário sobre rendimentos, haverá sempre aquela pergunta final sobre os “outros” rendimentos. Infelizmente, nos dados da PNAD, essa pergunta abrange rendimentos de natureza muito distinta: inclui juros e dividendos, mas inclui também o que as pessoas receberam de programas oficiais de auxílio, como bolsa-escola ou renda mínima.¹

Cabe ressaltar que o rendimento de juros e dividendos certamente é mais subdeclarado do que outros componentes da renda. Verifica-se que a participação desses “outros rendimentos” no total da renda domiciliar cresceu de 0,6% em 1997 para 0,9% em 2001 e 1,6% em 2004. E o que chama a atenção é o extraordinário crescimento da participação desse item na renda total dos estratos mais pobres. É razoável admitir que nesses estratos praticamente não há rendimento de juros e dividendos. Podemos concluir, então, que o crescimento da participação desse item nos rendimentos totais reflete a ampliação dos programas oficiais de transferência de renda. Trata-se de componente com participação diminuta na renda total, mas com participação expressiva na renda dos mais pobres. Seu crescimento contribuiu substancialmente para reduzir a desigualdade e a pobreza.

Um componente importante da renda total que poderia estar contribuindo para reduzir a desigualdade seria o rendimento de aposentadorias e pensões, mas, sob esse aspecto, não há indicação de nenhuma melhora em 2004. Da mesma maneira que ocorria em anos anteriores, em 2004 o rendimento de aposentadorias e pensões continua

¹Esse tema é especificamente analisado em Hoffmann(2006), Soares(2006) e Barros et al.(2006).

reforçando o padrão de elevada desigualdade da distribuição da renda no Brasil. Destacando os domicílios com rendimento per capita acima de R\$ 1.000,00 (em moeda de setembro-outubro de 2004), verifica-se que constituem 10% do total de domicílios, incluem 7,4% do total de pessoas, auferem 38,9% do rendimento total, 38,2% do total de rendimentos de todos os trabalhos (rendimentos de ocupação, como empregado, empregador ou conta-própria), 40,6% do total de aposentadorias e pensões e 40,3% do total de aposentadorias e pensões pagas pelo governo ou por instituto de previdência. A participação dos relativamente ricos nas aposentadorias e pensões é maior do que sua participação na renda total. Não houve tempo para que se manifestasse algum efeito da última reforma da previdência. Fica a esperança de que possa ser constatado um efeito no futuro.

3. O LIMITE ENTRE OS RELATIVAMENTE POBRES E OS RELATIVAMENTE RICOS EM 2004

Nesta seção vamos analisar mais pormenorizadamente a distribuição de renda no Brasil em 2004, com base nos dados da PNAD. Como não são feitas comparações com outros anos, são utilizados todos os dados da PNAD de 2004, incluindo as informações para a área rural da antiga Região Norte.

São apresentados dois valores para os rendimentos: o valor obtido na PNAD (em reais de setembro-outubro de 2004) e um valor corrigido, considerando a inflação até fevereiro de 2006, e uma correção para a taxa média de subdeclaração dos rendimentos, que é estimada em 40%.²

A Tabela 3 mostra os resultados obtidos para a distribuição do rendimento de todas as fontes por pessoa economicamente ativa com rendimento positivo e para a distribuição do RDPC.

Embora o índice de Gini seja mais elevado para a distribuição do RDPC, verifica-se que nas duas distribuições o décimo mais rico se apropria de 45,1% da renda total, e o centésimo mais rico fica com 12,9%.

O valor corrigido da mediana indica que metade da PEA do país recebe mensalmente R\$ 714,00 ou menos e que metade da população reside em domicílios com renda per capita até R\$ 375,00.

² A correção para a inflação entre setembro-outubro de 2004 e fevereiro de 2006, de acordo com o INPC, corresponde a um fator igual a 1,071578. Então o fator de correção total fica $1,071578/0,6 = 1,785963$.

Tabela 3. Estatísticas relativas à distribuição do rendimento na População Economicamente Ativa (PEA) com rendimento e a distribuição do rendimento domiciliar per capita, conforme dados da PNAD de 2004.

Estatística	PEA – rendimento de todas as fontes positivo	Rendimento domiciliar per capita
Número de pessoas (1000)	78.105	176.855
Índice de Gini	0,553	0,570
T de Theil	0,638	0,659
L de Theil	0,571	-
% da renda apropriada pelos		
40% mais pobres	10,8	9,2
50% mais pobres	15,7	14,0
10% mais ricos	45,1	45,1
5% mais ricos	32,1	32,0
1% mais ricos	12,9	12,9
Valores observados ⁽¹⁾		
Média	757,5	390,5
1ª Quartil	260,0	107,0
Mediana	400,0	210,0
3ª Quartil	780,0	410,0
90ª percentil	1.500,0	825,0
95ª percentil	2.500,0	1.300,0
99ª percentil	6.000,0	3.000,0
Valores corrigidos ⁽²⁾		
Média	1.353	697
1ª Quartil	464	191
Mediana	714	375
3ª Quartil	1.393	732
90ª percentil	2.679	1.473
95ª percentil	4.465	2.322
99ª percentil	10.716	5.358

(1) Em reais de set.-out. de 2004.

(2) Valores originais divididos por 0,6 a título de correção da subdeclaração e expressos em reais de fevereiro de 2006.

Pessoas que recebem mais de R\$ 4.465,00 estão entre os 5% mais bem-remunerados. Pessoas em domicílios com renda per capita acima de R\$ 2.322,00 estão entre os 5% mais ricos.

A delimitação de quem é “rico” é, obviamente, muito arbitrária. A definição a seguir estabelece um critério objetivo para delimitar os “relativamente ricos”.

Dada uma distribuição de renda e sendo adotada uma medida de desigualdade sensível a modificações na renda de todas as pessoas, uma pessoa é considerada relativamente rica se um pequeno acréscimo em sua renda faz com que aumente o valor da medida de desigualdade. Por oposição, uma pessoa é considerada relativamente pobre se um pequeno acréscimo em sua renda faz com que diminua o valor da medida de desigualdade.

Há, portanto, uma renda (λ) que delimita os relativamente ricos e os relativamente pobres. A pessoa é relativamente rica se sua renda é maior do que λ , e é relativamente pobre se sua renda for menor do que λ . O valor desse limite λ depende da medida de desigualdade adotada. O λ associado ao T de Theil tende a ser maior do que o λ associado ao índice de Gini, que, por sua vez, é maior do que o λ associado ao L de Theil (que é igual à renda média).³

O valor do limite λ cresce com a desigualdade da distribuição. Se, por exemplo, for adotado o índice de Gini (G) como medida de desigualdade, o limite λ é o percentil de ordem $(1 + G)/2$. Como o índice de Gini no Brasil tem diminuído nos últimos anos, o correspondente limite λ é um percentil cada vez mais baixo da distribuição. Em 2003 o índice de Gini para o rendimento de todas as fontes de pessoas economicamente ativas (com rendimento) foi 0,561 e o correspondente limite λ era o percentil de ordem 78. Em 2004 o índice de Gini para a mesma distribuição (incluindo dados da área rural da antiga região Norte) é 0,553 e o correspondente limite λ é o percentil de ordem 77,6 (que é R\$ 800, quando o percentil de ordem 78 já é R\$ 820,00).

A Tabela 4 mostra os valores originais e os valores corrigidos do limite λ , considerando, alternativamente, o índice de Gini e a medida T de Theil.

Considerando a distribuição do rendimento de todas as fontes por pessoa economicamente ativa e adotando o índice de Gini como medida de desigualdade, o valor corrigido do limite λ é R\$ 1.429,00. Isso significa que uma redução no imposto de renda para alguém que ganhe mais do que esse

³ Ver demonstrações em Hoffmann(2001).

Tabela 4. O limite (λ) entre os relativamente ricos e os relativamente pobres para a distribuição do rendimento na População Economicamente Ativa (PEA) com rendimento e para a distribuição do rendimento domiciliar per capita (RDPC).

Distribuição	Medida de desigualdade	O limite λ	
		Valor original ⁽¹⁾	Valor corrigido ⁽²⁾
PEA	Índice de Gini	800,0	1.429
	T de Theil	1.433,7	2.561
RDPC	Índice de Gini	470,0	839
	T de Theil	754,6	1.348

(1) Em reais de setembro-outubro de 2004.

(2) Valores originais divididos por 0,6 a título de correção da subdeclaração e expressos em reais de fevereiro de 2006.

valor vai causar uma elevação do índice de Gini. Assim, se for considerado que um dos objetivos do imposto sobre a renda é reduzir a desigualdade, o limite λ indica um valor apropriado para o limite de isenção desse imposto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil mereceu destaque na literatura sobre distribuição de renda pelo intenso crescimento da desigualdade entre 1960 e 1970 e por manter a desigualdade muito elevada daí em diante. É certo que ocorreram algumas oscilações substanciais nas medidas de desigualdade, geralmente associados à aceleração da inflação ou a interrupções efêmeras desse processo. Os dados da PNAD indicam que a partir de 1995, e especialmente a partir de 2001, parece estar ocorrendo um processo mais estável de redução da desigualdade.

Comparando a distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil em 2001 e 2004, verifica-se que em 2004 há menos pobres, os pobres são menos pobres, há menos ricos e os ricos são menos ricos.

Adotando o índice de Gini como medida de desigualdade e fazendo uma correção para a subdeclaração dos rendimentos, estima-se que o limite entre os “relativamente pobres” e os “relativamente ricos” na distribuição do rendimento por pessoa economicamente ativa seja R\$ 1.429,00 (em reais de fevereiro de 2006). Isso significa que tanto o aumento no rendimento de uma pessoa que ganha mais do que R\$ 1.429,00 como a redução no rendimento de alguém que ganha menos que isso causa aumento no índice de Gini dessa distribuição.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Desigualdade de renda. In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PNAD DE 2004, 2006, Brasília. Anais... Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2006.

HOFFMANN, R. Effect of the rise of a person's income on inequality. *Brazilian Review of Econometrics*, v. 21, n. 2, p. 237-262, Nov. 2001.

_____. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e 5 regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*, v. 8, n. 1, jun. 2006.

SOARES, S. S. D. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. Brasília : IPEA, 2006. (Texto para discussão/IPEA, n. 11/66).

Resumo

Com base nos dados da PNAD, este artigo analisa, inicialmente, a redução na desigualdade da distribuição da renda no Brasil de 1995 a 2004. A desigualdade do rendimento da População Economicamente Ativa (PEA) mostra tendência de diminuição ao longo de todo o período, mas a desigualdade do rendimento domiciliar per capita (RDPC) decresce mais acentuadamente apenas a partir de 2001. Em seguida, é analisada mais pormenorizadamente a distribuição do RDPC no período 2001-2004, assinalando o papel dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para a redução recente da desigualdade e da pobreza no país.

Finalmente, são apresentados vários indicadores de posição e desigualdade da distribuição do RDPC e do rendimento por pessoa economicamente ativa no Brasil em 2004, incluindo o valor da renda que delimita os “relativamente pobres” e os “relativamente ricos”, o qual pode balizar a fixação do limite de isenção do imposto de renda.

Abstract

Using data from the Statistical Office's annual national sample survey (PNAD), this paper first analyses the reduction of income inequality in Brazil in the period 1995-2004. Income inequality amongst economically active persons (PEA) shows a decreasing trend in that period, but only after 2001 does the inequality of per capita household incomes decrease substantially.

In the second section, the changes in the distribution of per capita household income from 2001 to 2004 are examined in detail, with special attention to the role played in those changes by the government's income transfer programs, such as allowances for low income families (Bolsa Família). Finally, the paper presents several indicators of position and of inequality of the income distribution, both for the per capita household income and the income of economically active persons in Brazil in 2004. One of those indicators is the level of income by which one is able to distinguish the "relatively poor" from the "relatively rich", which should be relevant to establish the ceiling for income tax exemption.

O autor

RODOLFO HOFFMANN é professor titular aposentado da Esalq-USP e professor do Instituto de Economia da Unicamp.